ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça

ATA DA 115ª SESSÃO SOLENE DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, no plenário do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, às dezessete horas foi iniciada a solenidade de posse da nova diretoria do Poder Judiciário para o biênio 2013/2014, sob a presidência do Desembargador **HILDEBRANDO COELHO NETO**. Para compor o Tribunal Pleno foram convidados os Excelentíssimos Desembargadores: Des. Rubens Bergonzi Bossay, Des. Claudionor Miguel Abss Duarte, Des. João Carlos Brandes Garcia, Des. Oswaldo Rodrigues de Melo, Des. Josué de Oliveira, Des. Joenildo de Sousa Chaves, Des. Divoncir Schreiner Maran, Des. João Batista da Costa Marques, Desª. Tânia Garcia de Freitas Borges, Des. Paschoal Carmello Leandro, Des. Julizar Barbosa Trindade, Des. Romero Osme Dias Lopes, Des. Carlos Eduardo Contar, Des. Sérgio Fernandes Martins, Des. Sideni Soncini Pimentel, Des. Dorival Renato Pavan, Des. Vladimir Abreu da Silva, Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, Des. Fernando Mauro Moreira Marinho, Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, Des. Dorival Moreira dos Santos, Des. Marco André Nogueira Hanson, Des. Manoel Mendes Carli, Des. Ruy Celso Barbosa Florence, Des. Francisco Gerardo de Sousa, Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Desª. Maria Isabel de Matos Rocha. Para compor a mesa foram convidados o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Desembargador Hildebrando Coelho Neto; a Vice-Governadora do Estado de Mato Grosso do Sul, Dra. Simone Tebet, neste ato representando o Governador do Estado Dr. André Puccinelli; o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Jerson Domingos; o Comandante do Comando Militar do Oeste, General de Exército João Francisco Ferreira; o Prefeito de Campo Grande, Sr. Alcides Bernal; o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Humberto de Matos Brittes; o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul, Dr. Júlio César Souza Rodrigues; o Defensor-Público Geral, Dr. Paulo André Defante. **Dando continuidade, os presentes foram convidados para, em pé, entoar o Hino Nacional Brasileiro, executado pela Banda de Música do Comando Militar do Oeste, sob a regência do Sub-Tenente Péricles Oliveira. O Presidente então declarou aberta a sessão solene de posse da nova diretoria para o biênio 2013/2014: para o cargo de Presidente, Des. Joenildo de Sousa Chaves, para o cargo de Vice-Presidente, Des. João Batista da Costa Marques, e para o cargo de Corregedor-Geral de Justiça, a Desª. Tânia Garcia de Freitas Borges, e proferiu o seu discurso:** "Meus Senhores e minhas Senhoras. Aberta esta solenidade inicio minha fala com um agradecimento, que nada mais é que um reconhecimento sincero, pelo simples prazer de ter recebido de alguém um conselho, uma palavra de estímulo, um apoio, enfim, um ato de amor. Agradeço, de coração, aos ilustres pares, integrantes deste Egrégio Tribunal Pleno, o estímulo, a colaboração e a participação direta, nestes 305 dias em que estive à frente deste Poder. Sem o apoio dos Senhores, confesso, não teria conseguido atravessar as borrascas enfrentadas no tempestuoso mar das dificuldades singradas pelo Poder Judiciário. Colegas, os Senhores não sabem o quanto ajudaram esta Administração com a pronta acolhida das propostas apresentadas com o objetivo de melhorar os serviços judiciários. Peço vênia para declinar, sem desmerecer os demais pares, os nomes dos colegas, os desembargadores João Batista da Costa Marques, Vice-Presidente, e Atapoã da Costa Feliz, Corregedor-Geral de Justiça, que, além de amigos, foram os verdadeiros baluartes desta Administração que ora se finda. Agradecimento especial aos Doutores Alexandre Antunes da Silva e Carlos Alberta Garcete de Almeida, juízes honrados e nobres que dignificam a magistratura sul-

mato-grossense. Não mediam esforços, na qualidade de juízes auxiliares, com seus conselhos e dedicação para que esta administração fosse exitosa. E, agora, parafraseando Sílvio Brito, com seu poema Composição de Lúcio Barbosa: 'Ta vendo aquele edifício, moço? Ajudei a levantar.' No caso, esse edifício é a Casa da Justiça do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, onde todos podem entrar e admirar a obras. Quem são essas pessoas que o ajudaram a construí-lo? São os singelos trabalhadores anônimos (pedreiros, carpinteiros, armadores, serventes, artífices, encanadores, engenheiros, mestres de obra, assessores, coordenadores, diretores, supervisores, chefes de departamento, diretores de cartórios, escreventes, oficiais de justiça, guardas, mirins, estagiários, enfim, todos os servidores do Poder Judiciário que se encontram espalhados nos mais distantes rincões 'moldurados pelas serras, campos grandes: Vacaria.' Agradeço a todos eles a dedicação e o trabalho silencioso que desenvolvem para o engrandecimento do Poder Judiciário. Sem a participação dos Senhores, a Justiça não se encontraria presente na imensidão de nosso Estado. Agradeço a paciência de minha esposa Elza pelas inúmeras vezes que não podemos nem tomar as refeições juntos, tudo por imposição do trabalho. Era costumeiro receber convocação dos Tribunais Superiores para comparecimento em Brasília com o objetivo de tratar assuntos afetos ao Poder Judiciário. Agradeço, por derradeiro, a Deus que me cumulou de bênçãos, levando-se em conta 'a oportunidade de trabalhar é uma bênção e a possibilidade de servir é um obséquio divino', no dizer de Emmanuel. Meus Senhores e minhas Senhoras, aprendi que nada se faz sozinho. Tudo depende do esforço comum, do auxílio de outras pessoas. Quanto conhecimento adquiri, nessa curta jornada, na arte de servir, com o objetivo único de que o Poder Judiciário Estadual sul-mato-grossense pudesse cumprir a sua missão institucional de estar permanentemente de braços abertos na tarefa de garantir o acesso daqueles que buscam a pacificação de seus conflitos, quando chegam a esta Casa sedentos de Justiça. Sabe-se que o administrador não pode se deter no cumprimento de seu dever abrindo espaço para lamentações, sob pena de desviar-se de seu objetivo. Gostaria de ter feito muito mais em prol do engrandecimento do Poder Judiciário Estadual, contudo, apesar dos esforços despendidos e ainda que não tenha alcançado todos os objetivos perseguidos, saio com uma sensação do dever cumprido, porque em todos os contatos que mantive com os magistrados e servidores, conclamei-os aos *sursum corda* e, apesar das dificuldades, perdêssemos ânimo, trabalhamos com coragem e alegria no desempenho de nossas atividades. Os desacertos são a mim atribuídos, considerando que, apesar de ouvir a equipe para encontrar a melhor solução, a decisão final foi de minha lavra e responsabilidade. Os acertos, os méritos, atribuo-os aos meus auxiliares diretos, posto que foram eles os responsáveis para que se alcançasse tal desiderato. No que diz respeito a convivência com os Poderes Legislativo e Executivo, foi ela harmônica, respeitando o princípio do balizamento constitucional da independência. De igual modo, na busca de propiciar o acesso aos destinatários dos serviços judiciais, foi saudável a interação com as instituições essenciais à função jurisdicional, tanto em relação ao Ministério Público Estadual, quanto à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul e, de igual modo, com a Defensoria Pública Estadual. Desembargador Joenildo, a partir de agora Vossa Excelência assume o cargo máximo do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, tornando-se seu 20° (vigésimo) Presidente. Desejo-lhe sucesso e que Deus abençoe. Que as sábias palavras de Rubens Romanelli calem bem fundo em vosso coração: 'Lembrai-vos do futuro de que o futuro depende do presente, tanto quanto depende da semente. Valorizai, pois, o instante que passa, porque ele é decisivo para

vossa eternidade.' Muito Obrigado." **A seguir, o Presidente convidou o Desembargador Joenildo de Sousa Chaves para prestar o compromisso legal:** *"Prometo desempenhar, leal e honradamente as funções do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis."* **A Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, Zelma Araújo Teixeira Munhoz, fez a leitura do termo de posse:** "Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, nesta cidade e comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, no plenário do Tribunal de Justiça, em sessão solene, onde presentes se achavam o Desembargador Hildebrando Coelho Neto, Presidente, o Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades, tomou posse o Excelentíssimo Desembargador JOENILDO DE SOUSA CHAVES, no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça, para o biênio 2013/2014, nos termos do artigo 12, da Resolução nº 237, de 1995 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul), prometendo desempenhar leal e honradamente as funções do seu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis. Para constar, foi lavrado o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo Presidente empossado. Eu, Zelma Araújo Teixeira Munhoz, Diretora-Geral da Secretaria, mandei lavrar o presente termo e o subscrevi." **Após, o Presidente declarou empossado no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul para o biênio 2013/2014 o Desembargador Joenildo de Sousa Chaves e o convidou para assumir a Presidência. Dando continuidade, o Desembargador Joenildo de Sousa Chaves convidou o Desembargador João Batista da Costa Marques para prestar o compromisso de posse:** *"Prometo desempenhar, leal e honradamente as funções do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis."* **A seguir, a Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, Zelma Araújo Teixeira Munhoz, fez a leitura do termo de posse:** "Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, nesta cidade e comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, no plenário do Tribunal de Justiça, em sessão solene, onde presente se achava o Desembargador Joenildo de Sousa Chaves, Presidente, o Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades, tomou posse o Excelentíssimo Desembargador JOÃO BATISTA DA COSTA MARQUES, no cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, para o biênio 2013/2014, nos termos do artigo 12, da Resolução nº 237, de 1995 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul), prometendo desempenhar leal e honradamente as funções do seu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis. Para constar, foi lavrado o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo Presidente e pelo Vice-Presidente empossado. Eu, Zelma Araújo Teixeira Munhoz, Diretora-Geral da Secretaria, mandei lavrar o presente termo e o subscrevi." **A seguir, o Presidente declarou empossado no cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul para o biênio 2013/2014 o Desembargador João Batista da Costa Marques. Então, o Presidente convidou a Desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges para prestar o compromisso de posse:** *"Prometo desempenhar, leal e honradamente as funções do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis."* **A seguir, a Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, Zelma Araújo Teixeira Munhoz, fez a leitura do termo de posse:** "Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, nesta cidade e comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, no plenário do Tribunal de Justiça, em sessão solene, onde presente se achava o Desembargador Joenildo de Sousa Chaves, Presidente, o Procurador-Geral de Justiça e demais autoridades, tomou posse a Excelentíssima Desembargadora TÂNIA GARCIA DE

FREITAS BORGES, no cargo de Corregedora-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça, para o biênio 2013/2014, nos termos do artigo 12, da Resolução nº 237, de 1995 (Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul), prometendo desempenhar leal e honradamente as funções do seu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as Leis. Para constar, foi lavrado o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo Presidente e pelo Vice-Presidente empossado. Eu, Zelma Araújo Teixeira Munhoz, Diretora-Geral da Secretaria, mandei lavrar o presente termo e o subscrevi." **O Presidente declarou empossada no cargo de Corregedora-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul para o biênio 2013/2014 a Desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges. Procedeu-se à leitura dos Currículos dos empossados. O Presidente então convidou o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Mato Grosso do Sul, Dr. Júlio César de Souza Rodrigues para proferir o seu discurso:** "Excelentíssimo Senhor Desembargador Joenildo de Sousa Chaves, Excelentíssimos Membros da Diretoria, Conselheiros Estaduais Estaduais e Federais, demais autoridades presentes, Advogados e Advogadas, Senhores e Senhoras. Em palavras iniciais, em nome dos onze mil advogados sul-mato-grossenses, quero expressar aos eminentes Desembargadores Joenildo de Sousa Chaves, João Batista Costa Marques e Tânia Garcia de Freitas Borges que tomam posse, os votos de uma profícua missão nesta Egrégia Corte Judiciária. Vossas Excelências ascendem a mais um alto patamar em suas vidas por conta dos méritos que carregam, das capacidades que desenvolveram em suas trajetórias profissionais e, sobretudo, pelas intrínsecas qualidades que distinguem a grandeza do magistrado. Qualidades que Rui Barbosa fazia questão de expressar: 'Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Fugir do medo, esquivar humilhações e não conhecer covardia. Todo o bom magistrado tem muito de heróico em si mesmo, na pureza imaculada e na plácida rigidez, que a nada se dobre, e de nada se tema, senão da outra justiça, assente, cá embaixo, na consciência das Nações, e culminante, lá em cima, no juízo divino.' Senhor Presidente. No sentido de tornar o nosso ideário cada vez mais compreendido, principalmente pelos quadros da Magistratura, permitam-me, Vossas Excelências, externar rápidas palavras sobre as nossas preocupações e os nossos anseios. Quero aproveitar esse primeiro momento para retomar velhos temas, maneira de dizer que são eles atuais. A questão da lentidão na Justiça. Para qualquer cidadão é um desânimo procurar resgatar direitos por meio de um Judiciário lento, que acaba se tornando deficiente. Infelizmente, sabemos que o brasileiro sofre com o vício do demandismo. Possivelmente, por conta da noção mais clara de seus direitos. Ou por conta de uma litigância que sugere uma sociedade egoísta, inflexível quando se trata de transigir, contrátio a acordos. O fato é que todos acorrem ao Judiciário. Invoca-se o juiz quando se tem razão e, principalmente, quando não se tem nenhum direito. Para limpar as vias do Judiciário, é imprescindível um choque de gestão. A reforma constitucional do Judiciário, como bem o sabemos, não deu fim à morosidade. Nunca foi tão necessário defender o juiz na perspectiva brasileira de uma reforma que venha de encontro ao anseio do povo brasileiro: justiça mais ágil. Justiça ágil que parte da necessidade de dar melhores condições ao Poder Judiciário. Que parte da necessidade de aumentar seu quadro. O Supremo Tribunal Federal dispõe, hoje, do mesmo número de ministros quando o país tinha 90 milhões de habitantes em 1970. Cerca de 70% dos litígios que batem no Judiciário provêm do Poder Executivo, o que mostra a imperiosa necessidade de o próprio Estado redimensionar a sua estrutura e as suas ações. Por isso, urge

incorporarmos modernas técnicas de gestão nas instâncias judiciárias, sob pena de perpetuarmos a lentidão. Senhor Presidente. O advogado é indispensável à administração da Justiça. Sem ele a justiça não se completa, devendo sua atividade ser respeitada à luz do devido processo legal para que possamos ter uma atividade jurisdicional justa. Por isso é que a Ordem dos Advogados vai continuar a defender o ensino jurídico de qualidade, fazendo do Exame de Ordem e do aperfeiçoamento dos advogados instrumentos de proficiência à altura das exigências de um 'novo tempo', vivido e presenciado por uma sociedade moderna e contemporânea. Nossa missão, e aqui, é importante ressaltar as palavras do Presidente Ophir Cavalcante: 'é construir pontes com a sociedade, para alcançar a democracia e derrubar muros, a favor de uma sociedade forte, na luta pela cidadania.' Tenham certeza, Excelências, de que este Presidente que lhes fala, juntamente com sua Diretoria e Conselho, lutarão sempre para construírem com firmeza, sensatez, temperança, urbanidade e diálogo, uma ponte com a sociedade e com o Poder Judiciário, contribuindo para uma advocacia sul-mato-grossense de vanguarda e contemporânea, comprometida sobretudo com a consolidação da democracia. Senhor Presidente, a Ordem dos Advogados, Seccional de Mato Grosso do Sul, continuará sua cruzada na defesa instransigente das 'prerrogativas profissionais', fazendo valer os direitos e as garantias dos advogados no exercício de sua atividade profissional. É preciso entender que no dia em que os advogados forem submetidos aos caprichos, mandos e desmandos dos governantes ao arrepio da Constituição Federal: a Nação terá perdido imprescindível forma de distribuição correta da Justiça; a luta pela liberdade e pelos direitos fundamentais do Homem; e, sobretudo, à segurança de que ela carece para viver e desenvolver-se em paz. Por isso, registro o desabafo da classe, pois ainda hoje vivemos uma dura realidade para trabalhar! O advogado não suporta mais ficar em fila para ser atendido nos cartórios; o advogado não suporta mais esperar meses para expedição de um simples alvará; o advogado não suporta mais esperar anos no aguardo de uma sentença de mérito; o advogado não suporta mais algumas Varas e Cartórios que tem a responsabilidade da tramitação de mais de 5 mil feitos; o advogado não suporta mais ver seus honorários sucumbenciais, após anos de trabalho processual, serem arbitrados fora do parâmetro legal, de maneira vil; o advogado não suporta mais a instabilidade do sistema do processo eletrônico. Esse desabafo da Advocacia Sul-mato-grossense toca alguns pontos que precisam mudar! É por isso que estamos irmanados em fazer com que as angústias da Advocacia, comungado pela Magistratura e pelo Ministério Público, sejam o esteio para as soluções que haveremos de encontrar juntos! Senhor Presidente, seremos firmes no combate à corrupção. Estamos vendo o Supremo Tribunal Federal decidindo sobre questões da mais alta relevância para a Sociedade Brasileira. Não podemos fechar os olhos para essa nova realidade. A Ordem vai continuar a defender a Sociedade contra os traidores dessa mesma sociedade e, deve, juntamente com o Poder Judiciário e o Ministério Público ser a 'voz que se fará presente na defesa dos valores da cidadania.' Temos que estar atentos contra os 'bandoleiros da República' (como disse o Ministro Celso de Mello), pouco relevando a que partido político pertencem, punindo-os de acordo com a lei. Como também, temos que estar vigilantes aos movimentos de destruição do Estado de Direito, em nome do 'populismo penal midiático', isto é, como disse o Professor Luiz Flávio Gomes 'nem impunidade daqueles cuja culpabilidade esteja devidamente comprovada, consoante o devido processo legal, nem o totalitarismo nazista. A primitivização dos direitos e garantias constitui um dos mais horrendos retrocessos civilizatórios.' Esses são, em síntese, os nossos desafios! Ao finalizar, desejo reiterar que a minha presença hoje nesta solenidade é mais do que

protocolar, é a confirmação do meu respeito pelo Poder Judiciário, pela nova diretoria empossada e, sobretudo de reafirmação de diálogo direto e permanente entre o Poder Judiciário e uma instituição essencial à cidadania que congrega 11 mil advogados sul-mato-grossenses. Muito obrigado!" **Foram feitos agradecimentos a todos os que se fizeram presentes à cerimônia e às autoridades civis, militares, eclesiásticas, magistrados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Classe dos Advogados, Senhoras e Senhores, Familiares e amigos dos empossados. Também foram registradas as presenças das seguintes autoridades:** Deputados Estaduais: Deputado Amarildo Cruz, Deputado Antônio Carlos Arroio (1º Secretário), Deputado Paulo Corrêa e Deputado Professor Rinaldo; Deputado Federal Vander Loubet; Desembargadores aposentados: Des. Athayde Neri de Freitas, Des. Hamilton Carli, Des. Ildeu de Souza Campos, Des. Jesus de Oliveira Sobrinho, Des. José Augusto de Souza, Des. Luiz Carlos Santini, Des. Nildo de Carvalho, Des. Rêmolo Letteriello, Desª. Dagma Paulino dos Reis; Pensionistas Kei Uema e Terezinha Malulei; Funcionários do Tribunal Regional Eleitoral de MS: Srª. Elizabeth das Neves Andreo Insaurrald, Srª. Luciana de Souza Brites, Srª. Rita de Cássia Cruz, Sr. Vanderson Bezerra de Azevedo; Imprensa: Sr. Danilo Costa e Srª. Rosana (Jornal de Domingo), Sr. Dimas Braga, Sr. Fernando Soares, Sr. Luciano Branco Vieira (Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica de MS), Sr. Luiz Corrêa da Silveira Filho (Correio de Três Lagoas-MS), Sr. Pierre Adri (Jornalista da Revista Destaque); Juízes Aposentados: Dr. Expedito de Paula Brunelo e Dr. José do Couto Vieira Pontes; Juízes de Direito: Dr. Alexandre Ito (Campo Grande), Dr. Alexandre Miura Iura (Cassilândia), Dr. Fernando Paes de Campos (Campo Grande), Dr. Flávio Saad Peron (Campo Grande), Dr. Juliano Duailib Baungart (Angélica), Dr. Luciano Pedro Delladeli (Iguatemi), Dr. Luiz Felipe Medeiros Vieira (Miranda), Dr. Marcelo Guimarães (Ribas do Rio Pardo), Dr. Marco Antônio Montagnana Morais (Terenos), Dr. Mauro José Esbalqueiro Júnior (Ivinhema), Dr. Olivar Augusto Roberti Coneglian (Campo Grande), Dr. Vinícius Pedrosa Santos (Corumbá), Dr. Wilson Leite Correa (Presidente da Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul – AMAMSUL-MS), Dr. Zidiel Infantino Coutinho (Camapuã), Dra. Joseliza Alessandra Vanzela Turine (Campo Grande), Dra. Kelly Gaspar Duarte Neves (Campo Grande), Dra. Mariana Rezende Ferreira Yoshida (Nova Alvorada do Sul) e Dra. Nária Cassiana (Paranaíba); Sr. Aloysio Franco de Oliveira, Superintendente de Políticas Penitenciárias; Sr. Aluísio Pessoa Frazão, representante Institucional da Ordem dos Advogados do Brasil de Corumbá; Sr. André Vicentim Ferreira, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Amambai; Sr. Aurélio Miranda, Músico; Sr. Carlos Henrique dos Santos Pereira, Diretor Presidente da Associação de Notários e Registradores do Brasil – ANOREG-MS; Sr. Celso Nabran, Associação dos Amigos e Nativos de Bela Vista - ANABEL; Sr. Clodoir Fernandes Vargas, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul; Sr. Delvair Lima Parruan, Gerente Regional do Banco Bradesco; Sr. Fábio Zonta Pereira, Presidente do Colégio Notarial do Brasil – MS; Sr. Francisco Maia, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul - ACRISSUL-MS; Sr. Gustavo dos Santos Pereira, ANOREG – MS; Sr. Henrique Alberto de Medeiros Filho, Slogan Publicidade; Sr. Hilton Villasanti Romero, Superintendente de Segurança Pública de MS; Sr. Jeferson Raposo, Gerente Agência Banco Brasil, representando o Superintendente Marco Túlio M. Costa; Sr. Lyuzo Takaya, 3º Cartório de Registro Cível; Srª. Maria Cristina Carrijo, Diretora Presidente da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – Iagro-MS; Sr. Pércio Airton Tosi, Diretor da Santa Casa de Campo Grande – MS; Prof. Pedro Chaves dos Santos Filho, Senador Suplente; Sr. Ricardo Ayache, Presidente da

Caixa de Assistência aos Servidores do Estado de MS; Prefeitos: Dr. Abrão Armoa Zacarias (Prefeito de Bela Vista), Dr. Arceno Athas Júnior (Prefeito de Glória de Dourados), Dr. Heitor M. dos Santos (Prefeito de Porto Murtinho), Dr. Ildomar Carneiro Fernandes (Prefeito de Alcinópolis), Dr. Roberto Hashioka (Prefeito de Nova Andradina), Dra. Márcia Moura (Prefeita de Três Lagoas), Dra. Simone Regina Machado Rocha (Procuradora Geral do Município representando o Prefeito de Dourados); Procuradores do Estado: Dra. Cláudia Elaine N. A. Paniago e Dr. Nilton Kioshi Kurashi; Procuradores de Justiça: Dr. Aroldo José de Lima, neste ato representando o Presidente a Associação do Ministério Publico Dr. Alexandre Lacerda, Dr. Carlos Bobadilha Garcia, Dr. Fadel Tajer Iunes, Dr. Francisco Pinto de Oliveira Netto, Dr. Hudson Shiguer Kinashi, Dr. Maury Valentin Riciotti (Corregedor-Geral do Ministério Público), Dr. Sílvio César Maluf, Dra. Irone Alves Ribeiro Barbosa, Dra. Nilza Gomes da Silva; Dra. Lívia Carla Mariane, Promotora; Reitores: Pe. José Marinoni (Reitor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB), Profª. Jane Lucia e Paim (Coordenadora Anhanguera – UNAES, representando a Reitora Marlucy Ferreira Machado), Profª. Mestre Dagmar Tavares V. de Queiroz (Diretora da Faculdade Estácio de Sá); Dr. Wantuir Francisco Brasil Jacini, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública – MS; Conselheiro Ronaldo Chadid, neste ato representando do Presidente do Tribunal de Contas – Conselheiro Ronaldo Chadid; Vereadores: Srª. Carla Stephanini, Sr. Chiquinho Teles, Sr. Eduardo Romero, Sr. Eliseu Dionísio, Sr. Jorge Aparecido Queiroz (Presidente da Câmara de Vereadores de Três Lagoas), Sr. Otávio Trad e Sr. Valdecir Chocolate. **Em seguida, o Presidente convidou o Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, Dr. Humberto de Matos Brittes para fazer o seu pronunciamento:** "Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Desembargador Joenildo de Sousa Chaves. Excelentíssima Governadora em exercício Simone Tebet. Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Jerson Domingos, em nome dos quais saúdo os demais componentes desta mesa de autoridades. Excelentíssimos Magistrados. Excelentíssimos Colegas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Senhores advogados, demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, senhoras e senhores. Falando em nome do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na qualidade de Procurador-Geral de Justiça, tenho a grata satisfação de saudar a nova Administração do Tribunal de Justiça que irá conduzir os destinos da mais alta corte do Judiciário Estadual. Com a posse, os rumos da justiça sul-mato-grossense serão comandados, no biênio 2013/2014, pelo Des. Joenildo de Sousa Chaves, que assumirá a Presidência do Tribunal de Justiça. O Des. João Batista da Costa Marques responderá pela Vice-Presidência e a Desª. Tânia Garcia de Freitas Borges atuará na Corregedoria-Geral de Justiça. Tenho plena consciência da delicadeza da função e os desafios que seu exercício coloca, especialmente por conduzir em Sodalício composto por homens e mulheres dotados de enorme capacidade jurídica, elevado senso crítico e espírito de justiça. Mas, ao mesmo tempo que reconheço as dificuldades inerentes ao pluralismo, confio na experiência e sensibilidade dos novos dirigentes desse Tribunal de Justiça, pois são dotados de qualidades exigidas para entender que, no âmbito do poder jurídico, é fundamental para quem nele atua a sabedoria de preservar equilíbrio das relações que deve manter com os demais agentes políticos, fazendo-o, entretanto, sem comprometer a dignidade da instituição a que pertencemos, nem desservir aos destinatários de nossos deveres, porque deles é que deriva a nossa legitimidade. Exercer o cargo sem maculá-lo com a loquacidade exibicionista dos responsáveis, nem enxovalhá-lo com o silêncio acovardado dos negligentes e encontrar a justa medida entre a empáfia e o medo, é o

desafio que o exercício das altas funções públicas impõe aos que as assumem. Vivemos neste instante o compromisso democrático com nossas instituições. Renovamos os quadros e prosseguimos na História, palco em que os humanos vivem sua existência, na busca permanente pela vida digna e por dias melhores. Karl Popper, em seu livro recentemente traduzido 'Em Busca de um Mundo Melhor', salienta que a grande vantagem da democracia é permitir a alternância do Poder, de modo regular, sem necessidade de luta ou violência. É o que fazemos nesta hora. Pela vontade livre do Tribunal foram escolhidos seus dirigentes. Agora, realizando concretamente esta liberdade, eles assumem os cargos para os quais foram eleitos. As instituições democráticas só serão grandes e fortes se cada tijolo ocupar o lugar devido na construção da grande obra coletiva que as simbolizam. Neste momento fazemos nossa parte através de uma escolha legítima, dentro de uma instituição livre. E estamos todos felizes em participar deste ato de democracia e liberdade. E tenho convicção que Vossa Excelência, Desembargador Joenildo de Sousa Chaves, e seus pares irão caminhar de modo altivo, sereno e eficiente, honrando sobremaneira as tradições dessa Egrégia Corte da Justiça, mantendo a respeitabilidade que sempre teve, auxiliando na perene construção de uma sociedade mais justa, fraterna e menos desigual. Não se pode olvidar que os julgadores, em especial, são as colunas mestras de toda sociedade politicamente democrática. Para a excelência de uma sociedade democrática e republicana, é fundamental um Poder Judiciário independente, célere e eficiente. Aliás, todos nós, fiscais da lei, legisladores, administradores, julgadores, temos, por um imperativo de consciência, somente a subordinação ao que determina a Constituição e as leis, pois fruto da vontade soberana dos nossos cidadãos. Desse modo, numa democracia, somente temos autoridade legítima na medida em que sabemos ser servidores. E servimos quando domesticamos o nosso querer e nos submetemos ao que foi socialmente institucionalizado como devendo ser, através das leis e, principalmente, da Constituição. Mas, como afirmado antes, tenho plena confiança nessa Egrégia Corte de Justiça e em seus integrantes, especialmente na nova Administração que hoje inicia uma nova era. Não poderia, nesse momento, deixar de lembrar a feliz coincidência que leva dois ilustres Desembargadores originários do Ministério Público a integrarem a administração superior desse Tribunal de Justiça. Falo na pessoa do Desembargador João Batista da Costa Marques, que continua na Vice-Presidência da corte, e na Desembargadora Tânia Garcia de Freitas Borges, que assume a Corregedoria-Geral de Justiça. Vossas Excelências, Desembargadores João Batista da Costa Marques e Tânia Garcia de Freitas Borges, cada um a seu tempo e seu modo, marcaram a história do Ministério Público deste Estado. E, com o trabalho que desenvolvem nesta Corte, marcarão a história do Poder Judiciário Estadual. No entanto, se hoje novos integrantes assumem a direção desse Tribunal de Justiça, somente isso acontece em razão do término da gestão do Desembargador Hildebrando Coelho Neto. Vossa Excelência, Desembargador Hildebrando Coelho Neto, foi um grande Presidente. Deixa a casa em ordem e seu nome marcado na história do Poder Judiciário Sul-mato-grossense. Cumpriu com seu dever com esmero, retidão e eficiência. Que Deus o ilumine nessa nova etapa da sua existência. E, como já afirmado, o Ministério Público reconhece as qualidades éticas, morais, jurídicas dos novos integrantes desse Egrégio Tribunal de Justiça, na certeza de que construirão, durante essa gestão que se inicia um legado digno de ser recordado pelos que viverão amanhã, na coragem de prosseguir o trabalho eterno de tornar real as promessas trazidas pela Constituição Federal. Vossa Excelência, Desembargador Joenildo de Sousa Chaves, e seus pares na administração, passam a

conduzir os destinos do Poder Judiciário deste Estado. Acreditamos em Vossa Excelência. Acreditamos no labor constante e anônimo dos homens e mulheres que compõem o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, pois comprometidos na construção de um cotidiano melhor para cada coletividade em que estão inseridos. Exmo. Desembargador Joenildo de Sousa Chaves, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, que vai viver e ajudar a construir este mundo fascinante, e está sob seu comando. Confiamos todos no seu bom senso, na sua capacidade de trabalho, na força e na segurança e certeza de seus objetivos. Sejam Felizes. Que Deus os abençoe." **Após, o Presidente convidou o Des. João Carlos Brandes Garcia para saudar os eleitos em nome da Corte:** "Coube-me a honra de ter sido indicado para falar nesta solenidade em nome deste Tribunal, saudando os eminentes colegas que agora passaram a compor a 18ª administração deste Tribunal de Justiça. Sinto-me muito a vontade para fazê-lo, até porque não deve temer tal incumbência quem proclama a verdade. Sejam, contudo, as minhas primeiras palavras de saudação ao Desembargador Hildebrando Coelho Neto que presidiu, hoje, sua última sessão na condição de Chefe deste Poder. Receba, Desembargador Hildebrando, nossos cumprimentos e o reconhecimento de todo o Judiciário deste Estado, pela sua atuação serena e humilde e com a sabedoria que lhe é peculiar, esteja certo, prestou relevantes serviços à nossa magistratura. Obrigado. Doutores Joenildo de Sousa Chaves, João Batista da Costa Marques e Tânia Garcia de Freitas Borges, a posse de hoje, de Vossas Excelências, chamados pela unanimidade dos pares para administrarem esta casa, nos deixa absolutamente seguros de que darão continuidade à tarefa das administrações anteriores, pois são respeitáveis pessoas humanas, com títulos e experiência necessária para tal mister. São magistrados experientes e bem por isso estou certo de que saberão muito bem enfrentar os desafios dos cargos para os quais foram eleitos. O Des. João Batista, a quem conheço de longa data, plasmado na fronteira do nosso Estado, nas margens do histórico e formoso rio Apa, oriundo do Ministério Público Sul-mato-grossense, a par da atividade judicante desenvolvida, já chega experimentado e aprovado na Vice-Presidência, por conta de tê-la exercido temporariamente, por duas vezes, onde demonstrou comprovadamente através de números, ter impulsionado os recursos que por lá tramitam, de forma competente. A Desª. Tânia, depois de uma brilhante carreira no Ministério Público, na judicatura, numa das Câmaras Cíveis, deu demonstração de seu senso de julgadora sensível, deixando ver seu senso de sabedoria, discernimento e espírito humanitário. Merece destaque, me permitam, registrar a outorga que lhe foi conferida em 2008, pela Escola Paulista da Magistratura, da Medalha do Mérito Acadêmico, tendo sido aliás a primeira mulher a ser agraciada com essa comenda, oportunizando a que outras mulheres, posteriormente recebessem tal honraria. O nosso Presidente, Des. Joenildo, com suas raízes lançadas nas Minas Gerais para onde foi muito jovem, aqui chegou como magistrado, demonstrando ser um juiz atuante, homem simples e preparado, de coração generoso, solícito e prestativo, amigo dos seus amigos. Felizes aqueles que têm a oportunidade de desfrutar de seu fraterno convívio e de sua família. De outro lado, manda a franqueza reconhecer e proclamar que a Chefia do Poder Judiciário, não obstante honrosa e dignificante, exige do administrador o atendimento de questões do dia a dia, que exigem soluções rápidas, tanto quanto à instituição como quanto à prestação jurisdicional. É que, como podemos perceber, a sociedade tem mudado muito rapidamente nestes tempos. A evolução tecnológica alterou a concepção de tempo; o consumo em massa trouxe novos conflitos sociais; a complexidade das relações sociais gerou novas demandas para o Poder Judiciário e, consequentemente, novos desafios. Vivemos hoje no que se

convencionou chamar de sociedade da informação. A justiça buscou na automação a âncora para aproximar-se dos seus objetivos: servir ao cidadão e garantir a observância das leis. O nosso Poder Judiciário tem procurado com muita atenção modernizar os procedimentos e reduzir a distância entre a justiça e a sociedade combatendo a lentidão na tramitação dos processos e visando o aumento de sua eficiência. Vossa Excelência encontrará um Judiciário moderno, alinhado às tecnologias de ponta. Autos de processos digitalizados, num estágio, diria, que não tem volta. O foco, agora, se me permitem, é com a racionalização geral dos serviços, preparo dos servidores para essa nova proposta de perspectivas,metas e resultados. O administrador público, Srs. Membros da Administração, permitam-me recomendar, devem estar sempre diante do pensamento de São Francisco de Assis: 'comece fazendo o que é necessário. Depois o que é possível e de repente estará fazendo o impossível', pois a justiça não é uma mera oferta de serviço público. Essa é uma regra de mudança constante, pois como dizia Ruy, '...todo o apreender, todo o melhorar, todo o viver é mudar. De mudar, nem mesmo o céu, o inferno ou a morte escapam.' Enfim Senhores, para não me alongar, concluo este pronunciamento apresentando mais uma vez os cumprimentos deste Tribunal de Justiça aos seus familiares, com quem temos a satisfação de compartilhar este momento tão expressivo em suas vidas, desejando-lhes uma gestão eficiente e intensa em realizações, estendendo nosso integral apoio na realização dos problemas e superação dos permanentes desafios, tendo a certeza de que, ao aceitarem a tarefa de conduzir os destinos do Judiciário no biênio que se segue, além de coragem, talento e criatividade, terão sempre presente a lição de Vieira em os Sermões: 'O homem vale pelo que executa, pelos seus atos e atitudes.' Sejam felizes e que Deus os ilumine." **Foi registrada a presença, ainda, das seguintes autoridades:** Sr. Ademar Godoy, Presidente da 24ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Bela Vista – MS, e Esposa; Coronel Aviador Flávio Eduardo Mendonça Tarraf, Comandante da Base Aérea de Campo Grande; Coronel Guilherme Gonçalves, Chefe do Estado Maior representando o Comandante da Polícia Militar Coronel Carlos A. David dos Santos; Coronel Pereira dos Santos, Subcomandante do Corpo de Bombeiros neste ato representando o Comandante-Geral Ociel Ortiz Elias; David Cardoso, Cineasta; Des. Antônio Carlos Mathias Coltro, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Des. Federal Aposentado Eustáquio Nunes Silveira, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília-DF; Des. Federal Mário César Ribeiro, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília-DF e Esposa; Des. Federal Nery Sá Azambuja representando o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região Des. Francisco das Chagas; Des. José Altivo Brandão Teixeira representando o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Des. Nívio Geraldo Gonçalves, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e esposa; Desª. Federal Suzana de Camargo Gomes; Dom Dimas Lara Barbosa, Arcebispo de Campo Grande; Dr. Bóris Luiz Cardoso de Souza, Presidente da Associação dos Magistrados Trabalhista de MS-AMATRA-MS; Dr. Edgar Paulo Marcon, Superintendente Regional da Polícia Federal; Dr. José Chadid, Secretário Municipal de Educação; Dr. Paulo Cardoso de Oliveira, Secretário-Geral da Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília-DF; Dr. Renato Toniasso, Juiz Diretor da Justiça Federal de MS; Dra. Maria Luíza Santana Assunção, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB, neste ato representando o Presidente Des. Henrique Nelson Calandra; Dra. Vera Carla Nélson de Oliveira Cruz, Juíza Federal Aposentada do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília-DF; General de Brigada Antônio Maxwell de Oliveira Eufrásio, Comandante da 9ª

Região Militar. Advogados: Sr. Ary Raghiant, Sr. Abrão Razuk (Vice-Presidente representando a Academia Sul-mato-grossense de Letras), Sr. Elton Nasser (Presidente da Constituição da Diretoria e Conselhos da Arquidiocese de Campo Grande – MS), Sr. Elias Razuk, Sr. Gilberto Roncato, Sr. Jean Pierre Citadin, Sr. Luiz Carlos Areco, Srª. Maria Said Loureiro, Sr. Steven Razuk e Srª. Mônica Razuk, Srª. Vera Loureiro de Almeida, Sr. Wilson Pereira Rodrigues. Amigos: Sr. Adalberto Arão, Sr. Alaor Jacobina, Alfredo Candido Santos Ferreira, Sr. Alfredo e Esposa (de Ponta Porã), Sr. Alfredo Marcos Pires, Sr. Álvaro Hilgert (Médico), Sr. Anízio Rosa da Silva e acompanhante, Sr. Antônio José de Oliveira e Esposa, Sr. Antônio Shikiake e Gisele Barbosa, Sr. Artur José Vieira e Esposa, Sr. Carlos Alberto Ceranese, Srª. Carmem Brunet Loureiro e Sr. Gair Loureiro Almeida, Sr. Celso Massachi Inouye (Médico) e Esposa, Sr. Eli da Silva Flores, Srª. Elizabeth Meneses, representando a Srª. Fairte Tebet, Sr. Hamilton Leal Maciel, Sr. Hélio Fogolin e Esposa, Sr. João da Costa Marques, Sr. João Soares, Sr. Joaquim José da Silva de Passos, Sr. José Carlos Araújo Maciel, Sr. José Felix (Rio de Janeiro), Sr. José Henrique Vila, Sr. Libério José da Silva, Sr. Marcos de Rezende Andrade, Sr. Marcos Moreira Maciel, Srª. Maria Beatriz Vila, Sr. Mário José Xavier e Srª. Anamelia Vanderlei, Sr. Milton Celestino e Esposa (Salão Kings), Sr. Puslan Viana; Sr. Raslan de Magalhães Viana e Sogro, Sr. Renato Arruda e Srª. Carla Arruda, Sr. Renato Félix (Rio de Janeiro-RJ), Sr. Rene Miguel Filho (Engenheiro), Sr. Ricardo Cunha Andrade, Sr. Sérgio Dias Campos (Empresário), Srª. Sônia Irani Cinzarian (Arquiteta), Srª. Terezinha Baruk (Corumbá – MS), Sr. Victor Diniz e Esposa (Maestro) e Sr. Vitor Nestor Gomes. **O Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Desembargador Joenildo de Sousa Chaves foi convidado a fazer seu pronunciamento:** "Senhoras e Senhores. As primeiras palavras são de agradecimentos ao Criador por ter me carregado até aqui, me proporcionando participar deste momento significativo em minha vida. Esta caminhada teve início em 1980 e decorridos mais de 32 anos, percebo que a emoção é a mesma e se mistura aos pensamentos, que trazem imagens de pessoas que lá se encontravam e outras tantas que eu vejo em um plano superior, não mais entre nós. São belas e saudosas lembranças que o tempo jamais apagará, pela relevância de suas presenças em nossas vidas. Não alcancei este degrau sozinho. Tive auxílio, compreensão e orações de grandes seres humanos, com os quais divido as glórias da intensidade deste momento. Alguns aqui, outros não mais entre nós. Esta caminhada foi extremamente difícil, porém, o mais importante para o ser humano é a sua realização, não para os efeitos externos, que são futilidades, que se desfazem com o tempo, mas na sua interioridade, pois só aí se contam pontos, isto é, para inserção no que há de duradouro e permanente. Tenho a consciência do grande desafio que a vida me reservou e da grande responsabilidade que a nova função espera, na condução desta grande e significativa honra de administrar o Poder Judiciário deste belo e pujante Estado. Teremos, com fé em Deus e ajuda dos homens, a postura necessária para saber reconhecer os defeitos e acatar as críticas; a capacidade de suprir suas deficiências; a disposição de enfrentamento de todas as questões afetas às metas e projetos previamente discutidos. Não posso e não devo em momento algum descrer dessa capacidade, pois se não fosse este o desiderato a seguir, não haveria razão para comandar os destinos da Justiça Estadual. Ao mesmo tempo em que encaro estas responsabilidades, vejo uma grande oportunidade de ser instrumento na execução de um projeto que satisfaz a alma, purifica o espírito e justifica a nossa missão e passagem por este mundo. E é pensando assim, que antes de assumir essa função, que se aproxima, senti a necessidade de fazer uma reflexão sobre a estrutura dos Poderes, em especial o

Judiciário, pois é inegável, que o funcionamento do aparato estatal influi na vida das pessoas. Os poderes independentes tão bem desenhados pela Constituição Federal estão inseparáveis de um Estado Democrático de Direito. E porque democrático? Porque ninguém, nem o Poder Judiciário está acima da lei e dos princípios. E quando ouço lei e princípios, eu ouço paz, eu ouço respeito, eu ouço justiça social. Logo, a existência de nossas togas tem este significado de grande alcance na sociedade. Estamos hoje em uma nova etapa, onde não mais se tolera negligência e desprezo aos valores morais ou desrespeito aos cidadãos; não se admite mais a impunidade nos casos em que a lei deve ser aplicada para todos. Salta-nos aos olhos uma grande esperança da população na justiça; esperança e confiança que jamais deixou de existir. É inegável a influência que teve o recente julgamento da ação 460 nessa postura social, fazendo despertar e renascer uma credibilidade maior no judiciário brasileiro. Sigamos em frente, pois é nossa missão a distribuição da justiça em todos os segmentos; a proteção à pessoa humana, na dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais. Nós juízes, devemos sempre ter como farol a iluminar as nossas decisões o próprio juramento dirigido ao povo, qual seja, de cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis. O insigne Ministro Cézar Peluso, ao destacar com ênfase a sua crença no Poder Judiciário, afirmou em seu discurso de posse na presidência do Supremo Tribunal Federal: 'quero assegurar a todos os cidadãos brasileiros, que, servindo-lhes aos projetos de uma vida digna de ser vivida, nós, os juízes, continuaremos a cumprir nossa função com independência, altivez e sobranceria, guardando a Constituição e o ordenamento jurídico, sem prescindir da humildade e da coragem necessárias às correções de percurso ao aperfeiçoamento da justiça, mas sem temor de defender, com a compostura que nos pede o cargo, a honradez de nossos quadros e o prestígio da instituição.' Todos os esforços, por mais que pareçam excessivos se justificam, pela magnitude da causa e pela inegável importância do Poder Judiciário. Senhoras e Senhores, a administração da Justiça a todos interessa. Como afirmou o Ministro Rafael Mayer, em sessão no Supremo Tribunal Federal, em 23 de março de 1983: 'Não basta que o Legislativo elabore as leis e o Executivo as sancione. É preciso que o Judiciário assegure a sua execução em cada caso concreto. A norma jurídica ganha corpo e produz efeitos, quando fielmente aplicada. ... As decisões dos Tribunais são a última etapa da vida do direito. Sem um funcionamento adequado, da organização judiciária, o País caminharia para a desordem e descrença nas suas instituições políticas.' Portanto, dentro destes parâmetros o nosso objetivo será o continuo e profundo aperfeiçoamento da máquina judiciária, para que torne eficiente e célere em todos os graus. Posso afirmar a todos os senhores e senhoras, que mesmo diante de dificuldades ou barreiras, jamais deixarei morrer o meu sonho: lutar pela grandeza e valorização da justiça, honrar os ideais e os compromissos dos nossos antecessores, manter sempre a dignidade, a respeitabilidade e o prestígio do cargo dos que o ocupam e investir no ser humano, dentro de uma visão humanística, com política assistencial e incentivadora. Por este mesmo Tribunal já passaram mentes brilhantes que muito contribuíram para a evolução institucional da realidade jurídica. Ideias aqui lançadas já repercutiram nacionalmente, inclusive. Todos as administrações deste Tribunal tiveram por princípio a austeridade e independência do Poder Judiciário. Desde o saudoso Des. Leão Neto do Carmo até a que ora se encerra buscaram engrandecê-la com suas ações. Cada uma ao seu tempo fez o que competia fazer e deixou a sua marca, a sua história. A nossa pretensão não será diferente. Entendo que devemos trabalhar de forma compartilhada com os meus colegas deste Tribunal de Justiça, com os

juízes e também com os servidores. O Judiciário de hoje não é o de ontem e nem será o de amanhã; temos que administrar com um olhar mais amplo. Enfim, todos nós temos responsabilidade na condução da justiça. Portanto, conclamo a todos, inclusive os aposentados, cujas experiências não podem ser desprezadas, para unidos, de mãos dadas, abraçarmos com fé esta causa, das mais relevantes no âmbito no processo institucional brasileiro. Com o apoio imprescindível dos eminentes colegas, a dedicação dos valorosos juízes e dos abnegados servidores, haveremos de empenhar para alcançar todos os objetivos estabelecidos nas propostas a serem implementadas. Eis algumas: a consolidação do processo eletrônico; os cartórios virtuais; proporcionar aos servidores cursos e dar-lhes melhores condições para que possam trabalhar motivadamente; investimentos na informática, porque a informatização dos processos é uma realidade ainda imperfeita, que merecerá de imediato um foco especial. Em razão da própria evolução tecnológica, a tendência é avançar mais e oferecer novos tipos de serviços digitais de modo a facilitar o dia a dia dos operadores do direito e muitas outras metas imprescindíveis ao bom funcionamento da máquina judiciária. Manteremos o diálogo permanente com os demais poderes, com os quais temos uma convivência de respeitabilidade e um clima harmonioso. O nosso Judiciário sempre contou com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo e graças a esse convívio salutar tornou-se possível a implementação de reformas na busca constante de melhorias. Sentaremos sim, com o Ministério Público, OAB, Defensoria Pública, Força Pública,Tribunal de Contas, imprensa, sociedade civil organizada, universidades, enfim, todos os seguimentos sociais, na discussão e no aprimoramento de questões de interesse popular. Despede-se hoje da Presidência deste Sodalício o ilustre Desembargador Hildebrando Coelho Neto, que sempre pautou a sua vida com retidão e que nesse curto período à frente da Justiça Estadual procurou manter o prestígio e a lisura, demonstrando equilíbrio e serenidade em suas decisões. Já aproximando do final, permitam-me reverenciar a memória de uma colega extraordinária, que sempre pautou sua vida com grandeza, coragem e independência. Os seus sonhos, seus sorrisos, sua irreverência e suas esperanças ainda estão presentes por toda parte e impregnados na justiça deste Estado. Marilza Lúcia Fortes, de você grandes lembranças e saudades. Sensibilizado, agradeço as generosas palavras do colega Desembargador João Carlos Brandes Garcia, esse extraordinário ser humano, recheado de fineza e que, lamentavelmente, em breve deixará esta Corte. Mesmo com todo o vigor, irá para casa cumprir o dispositivo constitucional da aposentadoria compulsória. Agradeço da mesma forma, as manifestações dos distintos oradores, Dr. Humberto Brites, digno Procurador-Geral de Justiça e Dr. Júlio César, ilustre Presidente da Ordem dos Advogados, Seção de Mato Grosso do Sul. Agradeço as presenças dos diversos parentes, amigos e colegas que vieram de longe trazer o abraço, o incentivo e o apoio tão necessários nesta nova etapa de minha vida. São vidas entrelaçadas fraternalmente; amizades sólidas apoiadas em rochas seguras. Deixo de mencionar nomes para não cometer nenhuma injustiça, mesmo porque muitos outros gostariam de estar aqui. Permitam a lembrança saudosa de três grandes amigos que partiram em dias sequentes no último mês, que anteriormente aqui estiveram e que participaram de nossas vidas: Cláudio Prates Athayde, João dos Santos Abreu e Jovelino José de Araújo. Este último me acompanhou há 60 anos, desde os tempos de infância na saudosa Bahia. Saudades de vocês. Aos meus pais José e Elzita. De vocês os sábios conselhos, os elevados predicados, os maravilhosos exemplos de uma vida humilde e digna. À minha irmã Josenilda e aos meus inesquecíveis sogros Nivaldo e Sofia, grandes lembranças. À minha querida esposa Clarice, cuja caminhada na magistratura deste

Estado comigo iniciou, se fazendo presente em todos os passos de minha vida,nos momentos de alegria e tristeza; o início difícil em Amambai, onde a sua companhia e o seu amor foram sustentáculos desta obra, é mais que justo Clara dividir com você a culminância desta carreira. Aos queridos Sofia, José e Mateus, razão maior de nossa existência, agora também o genro André, o carinho e um grande beijo. Por último, suplico-lhe Senhor que me dê forças, discernimento, humildade e tolerância, para que, com o meu trabalho, a ajuda e compreensão de todos, seja mantido o elevado conceito que desfruta esta Colenda Corte em todo País. Muito obrigado!" **Encerrando a solenidade, os presentes foram convidados para, em pé, acompanharem a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul, de autoria de Radamez Gnattali e letra do Dr. Jorge Siufi, interpretado pela Soprano Srª. Clarice Maciel, acompanhada do pianista Nilo Cunha. Em seguida, o Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Joenildo de Sousa Chaves, agradeceu e declarou encerrada a cerimônia e convidou a todos para um coquetel no saguão, onde os empossados receberam os cumprimentos.** Eu, Zelma Araújo Teixeira Munhoz, Diretora-Geral da Secretaria, mandei digitar a presente ata e a subscrevo.

Des. Joenildo de Sousa Chaves
Presidente

Zelma Araújo Teixeira Munhoz
Secretária